

# **Salazarismo – o regime em que Portugal se tornou a periferia da Europa**

## **Anotação:**

O presente trabalho pretende analisar a situação que governava em Portugal durante o regime de António de Oliveira Salazar, altura em que o país presenciou um forte isolamento não apenas na política ou ideologia, mas também em outras esferas. No início é apresentado o contexto histórico precedente à proclamação do regime ditatorial, seguido pela análise do nascimento dele. A seguir, o regime de Salazar é examinado do ponto de vista político, socioeconómico e cultural, com destaque dado à questão do atraso e da marginalidade em que o país de encontrava no âmbito europeu.

## **Introdução**

Portugal é conhecido pela sua rica história, na qual sobressaiu a época dos descobrimentos, quando os seus famosos marinheiros navegavam por todo o mundo. Foi a posição geográfica marginal de Portugal que fez com que os portugueses saíssem do seu país para explorar o mundo. Apesar de Portugal se tornar, na época dos descobrimentos, uma potência europeia, a sua condição periférica foi intensificando-se, devido ao seu “percurso histórico lábil, feito de [...] misérias [...] pobreza, de demandas de outras terras e povos”<sup>1</sup>.

A monarquia portuguesa começou a desmoronar-se no final do século XIX e o país adotou, no início do século XX, o regime republicano. A Primeira República foi, porém, marcada por um fracasso, que levou a uma ditadura e, depois, à instauração do Estado Novo de Salazar. Salazar foi um homem de tendências ditatoriais, que tentava fortalecer Portugal como nação, fazendo com que fosse autossuficiente e independente do resto do Continente europeu. Contudo, este estilo do governo tornou Portugal ainda mais isolado e subdesenvolvido, quando comparado com o resto do Continente, fazendo de Portugal uma periferia da periferia. Isto significava que Portugal, além de ser um país geograficamente localizado na periferia do Continente, estava separado culturalmente também dos outros países. O objetivo principal do presente trabalho é analisar a marginalidade de Portugal durante o regime ditatorial, sendo a posição geográfica do país intensificada pelo seu declínio, atraso e isolamento político. Esta condição periférica de Portugal será examinada em vários aspetos, sejam históricos, políticos, económicos ou sociais.

## **Antes da Ditadura Salazarista**

Antes de apresentar a ditadura de Salazar, é importante fazer uma breve descrição dos acontecimentos precedentes ao regime, a partir dos finais do século XIX, altura marcada

---

<sup>1</sup> Firmino Mendes, “Portugal: Uma Identidade na Margem Atlântica da Europa,” *Ábaco*, n. 16 (1998), 100.

principalmente pelo caos que imperava na sociedade portuguesa, levando o país ao caminho de novos sistemas políticos.

A população desejava algum progresso no funcionamento do país, dando-se conta não apenas da sua localização geográfica periférica, mas também do atraso económico, após a declaração da bancarrota no início da década 90. A bancarrota foi o resultado do investimento no desenvolvimento da infraestrutura que, porém, não conseguiu dinamizar suficientemente a economia, sendo Portugal incapaz de competir no mercado internacional. Além disso, a monarquia sofreu um grande declínio da popularidade, sobretudo devido à desconfiança dos seus cidadãos em consequência do Ultimato Britânico, declarado a 11 de janeiro de 1890. O Ultimato afirmava que Lisboa devia providenciar que Portugal se desfizesse de quaisquer bases militares localizadas no território dos actuais países Zâmbia e Zimbabué. Se isso não acontecesse e Lisboa não conseguisse cumprir esse dever, a guerra seria declarada. Este acontecimento teve a influência muito negativa na autoconfiança dos portugueses que confiavam na grandeza do seu império.

Na virada do século XX, Portugal tinha cerca de cinco e meio milhões de habitantes, dos quais a grande maioria vivia principalmente em zonas rurais.<sup>2</sup> A esperança de vida era apenas metade da atual (40 anos), o que se devia a vários problemas, incluindo o sistema de saúde insuficiente ou a vida em condições insatisfatórias.

Outro problema que o país tinha que enfrentar era o alto índice de emigração, que foi condicionada principalmente pela pobreza, associada a outros problemas, incluindo um salário real muito baixo, que não representava nem a metade do que existia nos países desenvolvidos, ou um nível muito elevado de analfabetismo, que afetava mais de um terço da população do país.<sup>3</sup>

Dos problemas da monarquia aproveitou-se o Partido Republicano Português (PRP),

---

<sup>2</sup> Cf. José Miguel Sardica, *Século XX Português* (Leya, 2012), 11.

<sup>3</sup> Cf. *Ibid.* 9.

fundado em 1876, que cedo passou a ser muito popular entre a população nas zonas urbanas. A crescente popularidade das ideias republicanas originou-se do descontentamento da sociedade, causado pelas más condições de vida nas zonas rurais e pelos baixos salários da classe média das zonas urbanas.

Em abril de 1909, o PRP discutiu durante três dias sobre as vias de instalar a República no país, e por final, decidiu que a revolução seria a melhor via para derrubar a monarquia.<sup>4</sup> Nos dias 4 e 5 de outubro de 1910, conflitos em Lisboa resultaram no bombardeamento do Palácio das Necessidades. O fim veio na manhã de 5 de outubro de 1910, quando foi proclamada, na Câmara Municipal de Lisboa, a República.

Portugal republicano, sendo geograficamente marginal, encontrou-se também politicamente isolado, já que naquela altura representava uma de apenas quatro repúblicas existentes na Europa. A maioria da sociedade portuguesa queria essa mudança do sistema, pensando que a chegada da república ia ajudar o país a alcançar os países europeus ricos. A república era, aos olhos dos portugueses, conduzida pelos princípios da razão e do progresso. A ideia principal era, acima de tudo, mudar a mentalidade dos portugueses.

Muitos viam como o obstáculo principal o poder da Igreja num país onde, segundo as estatísticas na virada do século, quase toda a população portuguesa era católica.<sup>5</sup> O governo republicano separou a Igreja do Estado através da Lei da Separação do Estado das Igrejas, em 1911, que causou um “choque” na sociedade portuguesa. A separação da Igreja também resultou na abolição das ordens religiosas, ou na extinção da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra.<sup>6</sup> Além disso, todas as propriedades da Igreja tornaram-se nacionais. Foi devido a estes factos que muitos cidadãos portugueses se tornaram opositores da república, apenas um ano depois da sua proclamação.

---

<sup>4</sup> Cf. Diogo Ferreira e Paulo Dias, *Portugal de Hoje* (2016), 158.

<sup>5</sup> Cf. *Ibid.*

<sup>6</sup> Cf. *Ibid.* 161.

Além disso, a República tentava resolver o problema económico, mas a distância que separava Portugal dos outros países desenvolvidos era maior do que em qualquer época anterior. Uma das razões dessa estagnação no setor económico pode ter sido a incapacidade de implementar, ao longo do século anterior, o ensino obrigatório. Por isso, a República tentava investir mais na área do ensino, criando novas escolas e universidades, nomeadamente em Lisboa e no Porto, em 1911. Além disso, todos os jovens entre 7 e 10 anos eram obrigados a frequentar o ensino primário. O objetivo principal dos republicanos era reduzir a taxa do analfabetismo, que era superior a 70%. No entanto, conseguiram reduzi-la apenas 10%, ao longo de 16 anos.<sup>7</sup> A crise aprofundou-se mais com a chegada da Primeira Guerra Mundial, deixando o país com altos índices de inflação, elevação da dívida pública e desvalorização da moeda, entre outros. A sociedade portuguesa encontrava-se na pobreza, especialmente as classes baixa e média. Apesar de Portugal ter conseguido defender as suas colónias na Guerra, houve um descontentamento geral na sociedade portuguesa, visto que surgiram grandes problemas, nomeadamente a gripe espanhola, da qual morreram dezenas de milhares de pessoas.

No final de 1917, a presidência foi assumida pelo dirigente militar conservador Sidónio Pais, que tinha como a principal missão normalizar o país. O ano seguinte de seu governo pode ser caracterizado como uma ditadura militar, durante a qual começaram a emergir tendências do fascismo moderno, bem como os esforços para fazer com que o Parlamento não fosse o órgão principal, e que o país retornasse aos ideais de disciplina e ordem, sob à liderança de um indivíduo forte. No entanto, o mandato de Sidónio Pais terminou no final de 1918, quando foi assassinado na Estação do Rossio, em Lisboa.

Seguiu-se o período da “Nova República”, entre 1919 e 1926. O governo neste período pretendia ser diferente dos governos anteriores, e a sua principal tarefa era encontrar modos

---

<sup>7</sup> Cf. Sardica, op. cit., 19.

para sair do declínio e da crise profunda. Durante o período da República, o Partido Republicano Português governou sem, de forma alguma, tentar comunicar, discutir ou ouvir a opinião da oposição. Começavam a emergir novas tendências, concretamente do fascismo, que estavam a crescer devido ao descontentamento da sociedade. Os conservadores deixavam de acreditar na República e na democracia, tornando-se os grupos liberais cada vez mais fracos. A sociedade esperava pela chegada de um novo sistema político, tal como anteriormente esperava pela República. Devido ao baixo nível de vida e à decepção do povo em relação à política, crescia o número das pessoas que aceitavam a ideia de um possível golpe fascista.<sup>8</sup>

Afinal, a 28 de maio de 1926, o general Gomes da Costa liderou uma revolta militar, que se originou em Braga e que marcou o fim do regime republicano em Portugal. Após isso, seguiu-se a queda do governo de António Maria da Silva e a demissão de Bernardino Machado como chefe de estado, acabando por juntar os militares, republicanos de direita, conservadores, católicos e monárquicos.<sup>9</sup> O governo militar tentava encontrar algumas soluções para a crise financeira, porém, sem sucesso relevante. Portanto, convidou António Oliveira de Salazar<sup>10</sup>, que naquela altura era um professor de economia na Universidade da Coimbra, para a liderança do Ministério das Finanças. Isso resultou num saldo positivo, pela primeira vez em muitos anos. Devido ao prestígio que ele tinha obtido nessa função, Salazar assumiu em 1932 a chefia do Estado, adotando como slogan a frase “Tudo pela nação, nada contra a nação”, que, na verdade, imitava o slogan fascista de Mussolini “Tudo no estado, nada contra o estado, nada fora do estado”.<sup>11</sup>

---

<sup>8</sup> Cf. José Manuel Ferraz, “O Desenvolvimento Socioeconómico Durante a Primeira República (1910-26),” *Análise Social*, Segunda Série, 11, n. 42/43 (1975), 469.

<sup>9</sup> Cf. Ferreira e Dias, op. cit., 163.

<sup>10</sup> António Oliveira de Salazar obteve o apelido “Mago das finanças”. Ele era muito exigente, controlava os orçamentos de todos os ministérios e introduziu o aumento de impostos, dificultando a vida dos habitantes. A sua frase “Sei muito bem o que quero e para onde vou” documenta a sua opinião de que os problemas financeiros eram ligados à ausência duma “autoridade” do Estado liberal.

<sup>11</sup> Ferreira e Dias, op. cit., 164.

## **Ditadura Salazarista**

Em 1933 foi aprovada a nova Constituição, que concedeu poderes ao novo sistema político, Estado Novo, à frente do qual estava Salazar. Segundo o texto constitucional, os interesses coletivos estavam superiores aos direitos dos cidadãos. Além disso, a Constituição rejeitava a democracia, a liberdade ou tendências parlamentaristas. Segundo ela, a sociedade não era um conjunto de pessoas e opiniões individuais, mas deveria ser entendida como um conjunto orgânico. O objetivo principal do Estado era evitar a instabilidade proveniente da República anterior, e criar um Estado com tendências autoritárias.<sup>12</sup> Deste modo, criou-se o poder total, possuído pelo Presidente do Conselho de Ministros (líder do governo) que podia demitir ou nomear os ministros, decretar as leis, e também supervisionar os atos do Presidente. Por causa do tanto poder e prestígio, Salazar recebeu o apelido “Salvador da Pátria”, que no final resultou na construção de um mito, sendo o qual era comparado com o Cristo.<sup>13</sup> A Assembleia Nacional exercia o poder legislativo, porém, não tinha o direito de controlar os atos do governo. Salazar assumiu o Ministério das Colónias e publicou o “Ato Colonial”, que reduziu a autonomia, tanto administrativa quanto económica, das colónias. O Estado Novo tentava promover a percepção de que Portugal não era um país pequeno e que podia dominar os países fora do Continente europeu.

## **Economia**

Para resolver os problemas financeiros e manter a estabilidade económica, Salazar procurava conseguir a solidez da moeda, introduzir um aumento brutal dos impostos e controlar as importações. Tentava manter a autonomia económica e, por isso, destacava a agricultura, que se tornou o objetivo principal de várias reformas. Deve-se mencionar a Campanha do Trigo (1929-

---

<sup>12</sup> Para manter o seu controlo das cidadões, o Estado ajudou a estabelecer várias organizações como a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa, o Partido da União Nacional, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho ou a Obra das Mães para a Educação Nacional.

<sup>13</sup> Cf. Ferreira e Dias, op. cit., 165.

1938), cujo objetivo principal era diminuir a importação deste cereal e fomentar o sistema rural do Estado. A importância da agricultura refletiu-se no número das pessoas ativas nesse setor, que subiu de cerca de 1,2 milhões, em 1930, para cerca de 1,5 milhões, em 1950.<sup>14</sup> Para salientar a importância da agricultura, basta olhar para o dinheiro que este setor recebia do governo, que representou 31% do seu orçamento, tornando-se o segundo setor mais importante, atrás da defesa nacional.<sup>15</sup> De fato, a agricultura foi percebida como um “um elemento de fixidez, de estabilidade e de tranquilidade familiar.”<sup>16</sup> Comparando-a com o resto da Europa, porém, a produção agrícola em Portugal não era suficiente.

Os anos 30 foram marcados pelo desenvolvimento de certos setores industriais, como fibrocimento, pilhas elétricas, ou bicicletas. Além disso, o Estado apoiava muito alguns setores, como a produção de cortiça ou de conservas de peixe. O desenvolvimento industrial continuava ao longo dos anos 40, com o lançamento da indústria de metalurgia, de materiais elétricos ou químicos. Representava a criação de novas oportunidades de trabalho, levando ao aumento da população ativa industrial. Assim, houve um crescimento industrial, porém, o Estado estagnava quanto à modernização técnico-económica. Isso foi causado pela burocracia complexa que era necessária para comprar máquinas ou aumentar o número de trabalhadores, a fim de “o Estado evitar crises de superprodução e a concorrência empresarial que caracterizava o capitalismo liberal.”<sup>17</sup> Além disso, as sociedades industriais eram percebidas pela perspectiva do regime de Salazar como um elemento “perturbador”, em relação à “família” e à “unidade moral”.<sup>18</sup> Para comprovar a estagnação económica portuguesa, basta olhar para a taxa do PIB per capita em

---

<sup>14</sup> Cf. Fernando Oliveira Baptista, "A Agricultura E a Questão Da Terra — Do Estado Novo à Comunidade Europeia," *Análise Social*, Quarta Série, 29, n. 128 (1994), 907.

<sup>15</sup> Cf. João L. César Das Neves, "O Crescimento Económico Português No Pós-guerra: Um Quadro Global," *Análise Social*, Quarta Série, 29, n. 128 (1994), 1007.

<sup>16</sup> Baptista, op. cit., 911.

<sup>17</sup> Ferreira e Dias, op.cit., 168.

<sup>18</sup> Cf. Baptista, op. cit., 911.



1940, que representou 1615 dólares, enquanto que a média europeia representou 4988 dólares.<sup>19</sup>

Para atingir a paz e a concórdia social, o Estado procurava controlar todas as relações laborais e, através da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional, o Estado ganhou poder sobre os sindicatos das classes existentes desde a Monarquia Constitucional, as organizações dos trabalhadores ligados aos sindicatos nacionais, ou as casas dos pescadores. Desta maneira, criou-se a ideologia conhecida como corporativismo que fez que as casas dos pescadores e os sindicatos participassem na vida municipal, já que integravam corporações tanto sociais, quanto económicas, culturais ou universitárias. O corporativismo representava “uma ideologia contrária à representação política liberal baseada no individualismo”<sup>20</sup>, promovendo a expressão política do Estado através dos grupos da esfera económica, profissional ou cultural. As atividades das corporações eram completamente controladas pelos membros do regime, cujo objetivo principal era suprimir a oposição do regime, nos centros urbanos. A propaganda era controlada pela Censura Prévia e pelo Secretariado de Propaganda Nacional, que promoviam atividades para os trabalhadores, durante o período de lazer. Para que a pessoa pudesse aproveitar-se das atividades, como passeios turísticos, teatro ou educação física, bastava que fosse membro do sindicato nacional. No entanto, qualquer pessoa que fosse opositora do regime era controlada, vigiada, perseguida, ou até torturada ou morta pela Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado (PVDE), que se tornou a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), em 1945. A polícia, apesar de utilizar informadores por todo o país, estabeleceu prisões políticas em Peniche, Aljube, ou Caixas, e um campo de concentração em Cabo Verde (Tarrafal).

---

<sup>19</sup> Cf. J. Bolt, J.L. van Zanden, (2014). "Maddison Project Database, version 2013,". *Maddison Project Database*

<sup>20</sup> Cf. L. F Raposo Pereira, “Capítulo I - Portugal na 1.ª metade do século XX,” *Cadernos De Sociomuseologia*, vol. 39, n. 39 (2012), 38.

## Educação e cultura

O setor da educação era muito influenciado pelo regime, já que se tornou a sua base ideológica. Além disso, o ensino primário não apoiava as tendências modernas, porque o seu objetivo principal não era preparar uma força de trabalho qualificada para o futuro, mas promover ideologicamente o regime, quer dizer, transformar a mentalidade dos cidadãos.<sup>21</sup> Para fidelizar a sociedade portuguesa, criaram-se organizações como a Mocidade Portuguesa, na qual foram matriculados jovens do ensino primário e secundário, e que defendia e transmitia os valores nacionalistas, através do ensino e dos livros que destacavam e elogiavam o regime. Paralelamente, foi fundada a Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN), para preparar mulheres para a educação dos seus filhos. Foram fundados centros sociais, onde as mulheres podiam assistir a aulas de propaganda, ou a sessões que ensinavam os hábitos saudáveis da higiene pessoal. Não obstante, através das aulas da educação doméstica, o regime queria fazer as mulheres se dedicarem apenas à vida do lar, dentro da conceção tradicional da família patriarcal.

Houve algum progresso no domínio da educação, pois a taxa de alfabetização subiu de 25%, em 1900, para 55%, em 1950.<sup>22</sup> Nos países da Europa Ocidental, porém, essa taxa representava cerca de 98%.<sup>23</sup> Assim, o Estado falhou no seu processo de escolarização, modernização e desenvolvimento: “Portugal virou-se lento e hesitante, para o seu espaço, cingido e esquarterado por estruturas económicas e sociais que se haviam tornado obsoletas e bloqueadoras do seu redimensionamento.”<sup>24</sup> O baixo nível de alfabetização em Portugal resultou em vários fracassos do país no seu processo de construção da modernidade.

A ideologia do Estado Novo difundia-se através da propaganda que promovia valores

---

<sup>21</sup> Cf. Stephen R. Stoer, Roger Dale, "Education, State, and Society in Portugal, 1926-1981," *Comparative Education Review* 31, n. 3 (1987), 405.

<sup>22</sup> Cf. António Candeias, "Modernidade, educação, criação de riqueza e legitimação política nos séculos XIX e XX em Portugal," *Análise Social* 40, n. 176 (2005), 483.

<sup>23</sup> Cf. *Ibid.*

<sup>24</sup> Cf. *Ibid.*, 488.

sagrados, tradicionais e conservadores, entre os quais destacava-se a tríade Deus, Pátria e Família. A propaganda do salazarismo concentrava-se, entre outros, na reconstrução da história nacional, publicando séries como “Coleções Pátria”, “Grandes Portugueses”, ou “Grandes Portuguesas”. Essas publicações tinham como o objetivo principal promover o verdadeiro “ser português”. Nesta leitura estabelecida pela propaganda do Estado Novo, dominavam figuras como D. Afonso Henriques, o pai da nacionalidade, ou Vasco de Gama, o rosto principal da conquista e da colonização de outras terras. Através da exaltação histórica, os valores e as tendências do Estado Novo eram representados como edificantes, ao contrário dos da República anterior.<sup>25</sup>

Além da Pátria, outro pilar ideológico do regime salazarista foi a religião católica. A Igreja representou “um dos mais poderosos fatores de unidade e coesão da Nação portuguesa.”<sup>26</sup> A Igreja era vista como elemento estabilizador da sociedade portuguesa, ela sustentava a moral, coesão e unidade da nação. A instituição da Igreja representou também um meio de justificação dos atos que o Estado fazia não só no próprio país, mas também nas suas colónias, apoiando a sua política colonial. Através da Igreja o Estado Novo procurava catolizar e “aportuguesar” os povos nativos nas suas colónias, tentando integrá-los na nação portuguesa.<sup>27</sup> As publicações da história nacional, por exemplo, destacavam e ilustravam as missões religiosas em África, sublinhando as atividades de evangelização dos povos desse continente. Desta maneira, o Estado procurava criar uma impressão de que Portugal era um país que operava globalmente no mundo.

Quanto à cultura, era um setor que o Estado usava para a propaganda da vocação civilizadora do país, por meio de várias manifestações culturais, ou de exposições de elementos da produção rural, como a doçaria ou o artesanato regional. Deste modo, por exemplo, em 1938

---

<sup>25</sup>Cf. Pereira, op. cit., 57.

<sup>26</sup> Manuel Gonçalves Martins, *O Estado Novo e a Igreja Católica em Portugal (1933-1974)*, 5.

<sup>27</sup> Cf. Ibid.

realizou-se o “Concurso da Aldeia mais Portuguesa de Portugal”, cujo objetivo principal foi demonstrar o valor da vida familiar e tradicional nas zonas rurais, destacando os conceitos como o povo humilde, o folclore, o pastoreio, ou a agricultura, já que esses foram promovidos pelo regime. Assim, o regime propagava uma imagem ufanista do meio rural, exaltando, dentro da moral tradicionalista e conservadora, a simplicidade, alegria e pureza desse ambiente. Na sequência, em 1940, realizou-se a Exposição do Mundo Português, que idealizou o regime de Salazar, descrevendo o povo português como humilde, honrado, trabalhador, disciplinado e feliz, e Portugal como uma nação pacífica e unida.<sup>28</sup>

## **Segunda Guerra Mundial e os anos 50**

Na Segunda Guerra Mundial, o Estado Português manteve-se oficialmente neutro, assinando três tratados em total: declarou o pacto com a Alemanha, a Itália e o Japão, em 1939; o tratado de amizade com Espanha, em 1940; e concedeu a Base Aérea das Lajes (Açores) aos britânicos e aos EUA, em 1943. Apesar de se ter declarado neutro, Portugal ajudava logisticamente outros países. Lisboa tornou-se uma cena de espionagem europeia, já que agentes de várias agências de espionagem, bem como membros de famílias reais e altos dignitários militares, encontravam-se lá, secretamente, em cassinos. Além disso, os Açores eram um excelente ponto estratégico e por isso eram utilizados pelos navios dos Aliados. As relações de Portugal com os EUA melhoraram, o que foi provado depois da Guerra, pela aceitação de Portugal como membro fundador de NATO, em 1949. Desta maneira, aumentou também a aceitação internacional do regime português.

Após a Guerra estabeleciam-se vários blocos políticos antifascistas, criando-se o Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF), que unia membros do Partido Comunista Português, do Partido Republicano Português, ou da revista *Seara Nova*. Além disso, o

---

<sup>28</sup> Cf. Pereira, op. cit., 74.

conflito mundial, que acabou por derrotar o fascismo na Europa e abriu o caminho para a democratização, provocou na sociedade portuguesa a Revolta da Mealhada, que foi uma revolta militar contra o Estado Novo, na forma de uma marcha do Porto à Mealhada, em 1946. Os EUA e a Inglaterra também faziam uma pressão internacional sobre Portugal para democratizar o regime.

Para demonstrar que o país não era fascista, Salazar dissolveu a Assembleia Nacional, convocando eleições “livres”. Paralelamente, foi criado o Movimento de Unidade Democrática (MUD), que enunciava várias exigências, como a verdadeira liberdade de imprensa, ou a renovação dos cadernos eleitorais.<sup>29</sup> Assim, instalou-se uma euforia no país, já que o próprio Salazar, numa entrevista, proclamou: “Considero as próximas eleições tão livres como na livre Inglaterra”.<sup>30</sup> No final, porém, Salazar rejeitou todas as exigências do MUD, e as eleições não eram livres. Além disso, o Estado exigiu uma lista dos membros do MUD, que o ajudou a identificar os seus opositores. Os membros foram perseguidos, interrogados e enviados para prisões. Na sequência, o MUD foi proibido por Salazar, em 1948. Apesar de o Estado ter se livrado da resistência do MUD nas eleições presidenciais de 1949, Norton de Matos, o ex-líder do MUNAF, apresentou a sua candidatura. Embora ele depois a retirasse, representava uma oposição ao salazarismo, criticando a censura e apontando para a necessidade de instaurar um regime democrático.

Nas eleições presidenciais de 1958, o Estado enfrentava outro problema, representado pela candidatura do general Humberto Delgado, antigo apoiante da Ditadura Militar e do regime de Salazar, que mudou, porém, as suas opiniões políticas durante os cinco anos que passara como embaixador nos EUA. Nestas eleições, ele conseguiu ganhar o favor de quase todo o país, ameaçando o sistema do Estado Novo. Contudo, com cerca de 25% votos obtidos, ele perdeu para Américo Thomaz, o candidato apoiado por Salazar, bem provavelmente devido a uma fraude eleitoral. Assim, apesar da derrota de regimes fascistas na Europa e da crescente resistência contra

---

<sup>29</sup> Cf. Ferreira e Dias, op. cit., 181.

<sup>30</sup> Ibid.

o regime em Portugal, o Estado Português conseguiu prolongar o sistema do salazarismo ao longo dos anos 50.

### **Abertura da economia nos anos 50**

Do ponto de vista econômico, Portugal se beneficiava da Segunda Guerra Mundial, já que as exportações de matérias-primas para os países envolvidos no conflito aumentavam. Não obstante, no pós-guerra, a economia portuguesa não crescia tanto como em outros países europeus, devido à exaltada ruralidade do país, e ao caráter do comércio externo português que “se constituiu historicamente como um elemento da resistência económica, social e política à alteração”.<sup>31</sup> Além disso, como já foi apontado, a indústria era percebida pelo regime como um setor menos importante para a economia do país. Portugal, como um opositor da modernização, tornou-se “uma late-comer da industrialização”.<sup>32</sup> O regime continuava a basear-se sobretudo na agricultura, que era insuficiente para o desenvolvimento económico. O Estado não foi capaz de se adaptar às alterações económicas necessárias, o que resultou na baixa taxa de industrialização. Em 1950, a taxa do PIB per capita representou 2086 dólares em Portugal, enquanto que a média europeia representou mais de um dobro.<sup>33</sup>

Nos anos de 50, o Estado começava a realizar esforços para promover uma economia aberta aos mercados externos, com o objetivo de parar o atraso económico, que era evidente, comparando com outros países do Continente Europeu já recuperados da Guerra. A importância do desenvolvimento económico foi destacada pelo ministro da Economia na década 50, Ulisses Cortês, que disse o seguinte:

---

<sup>31</sup> Cf. Fernando Rosas, "Estado Novo E Desenvolvimento Económico (anos 30 E 40): Uma Industrialização Sem Reforma Agrária," *Análise Social*, Quarta Série, 29, n. 128 (1994), 878.

<sup>32</sup> *Ibid.*, 882.

<sup>33</sup> Cf. J. Bolt, J.L. van Zanden, (2014). "Maddison Project Database, version 2013,". *Maddison Project Database*

a industrialização é [...] considerada como lei fundamental do nosso tempo, o sentido para que encaminha toda a evolução económica moderna [...]; não podemos evidentemente ficar à margem deste movimento, renunciando aos seus benefícios e conservando-nos criminosamente entre os países de economia retardatária.<sup>34</sup>

Portanto, foram introduzidos três planos de fomento, compreendidos desde 1953 até 1967. Um dos planos explicitamente reconhecia a agricultura apenas como um recurso de apoio da indústria.<sup>35</sup> A razão foi que a agricultura começou a perder a sua importância, ou seja, a sua contribuição para o produto interno bruto (PIB) estava diminuindo. Com a sua dependência da importação de algumas matérias-primas como milho ou soja, e com o um constante desenvolvimento da indústria e técnica, a agricultura tornou-se uma esfera menos importante da economia.

Todavia, Salazar conseguiu manter a taxa do produto interno bruto (PIB) num crescimento de mais de 5%, ao longo do seu governo.<sup>36</sup> Também o sistema público de saúde melhorou, o que resultou no aumento da esperança de vida, de 50 anos, em 1940, para quase 70 anos, em 1970.<sup>37</sup> Em 1960, Portugal tornou-se o membro da Associação Europeia de Livre Comércio, conhecida como a EFTA.<sup>38</sup> Contudo, embora Portugal tenha conseguido atingir o crescimento económico médio do mundo, ainda não foi capaz de acompanhar a média europeia. Nos anos 60, foi publicado um relatório sobre o sistema educacional que apontou vários aspetos que também podem ter sido a causa do desenvolvimento económico insuficiente, como o período mais curto de escolaridade obrigatória na Europa, ou o nível baixo de interesse dos alunos nos assuntos económicos.<sup>39</sup>

---

<sup>34</sup> Baptista, op. cit., 911.

<sup>35</sup> Cf. João L. César Das Neves, "O Crescimento Económico Português No Pós-guerra: Um Quadro Global," *Análise Social*, Quarta Série, 29, n. 128 (1994), 1019.

<sup>36</sup> Cf. Yvonne Stolz, Yoerg Baten, Jaime Reis, "Portuguese Living Standards, 1720-1980, in European Comparison: Heights, Income, and Human Capital," *The Economic History Review* 66, n. 2 (2013), 556.

<sup>37</sup> Cf. *Ibid.*, 557.

<sup>38</sup> Cf. Neves, op. cit., 1019.

<sup>39</sup> Cf. Stoer, Dale, op. cit., 408.

## **Guerra Colonial (1961-1974)**

Outra onda de resistência contra o regime de Salazar surgiu na década de 60 quando, em janeiro de 1961, o navio português “Santa Maria” foi assaltado por Henrique Galvão, um dissidente do regime, como o sinal de protesto contra o sistema antidemocrático. Em abril do mesmo ano, Júlio Botelho, desempenhando a função do Ministro da Defesa, tentou promover uma revolta militar, com o objetivo de afastar Salazar do poder. Além disso, em 1961 eclodiu em África a Guerra Colonial, quando o Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA), junto com a União das Populações de Angola (UPA), iniciaram ataques. Consequentemente, no final de 1961, mais de 30 mil soldados portugueses foram mandados para a colónia, com o objetivo de combater os movimentos.<sup>40</sup> O conflito, em que participaram também Guiné Bissau e Moçambique, durou 13 anos e resultou no isolamento internacional de Portugal, que foi bem expresso, em 1965, pela conhecida frase “Orgulhosamente Sós!”, proferida por Salazar num dos seus discursos sobre a Guerra Colonial.

Em 1968, porém, após sofrer um acidente vascular cerebral e ser internado no hospital, Salazar foi substituído por Marcello Caetano, o que levou ao início da “Primavera Marcellista”, que prometia uma abertura democrática e um equilíbrio entre os conservadores e os que lutavam pela democracia. Foi reduzido o carácter repressor do regime, alguns exilados regressaram, e nas eleições de 1969 também competiram os partidos não comunistas. No entanto, as eleições foram fraudulentas, e os estudantes que se manifestaram contra a Guerra Colonial foram atacados pelas forças policiais. Ao longo da Guerra Colonial, formava-se uma pressão pela ONU e pelos EUA, que insistiam para que Portugal se livrasse das suas colónias e preparasse a independência delas. Não obstante, Salazar junto com Marcello Caetano insistiam em manter as suas possessões do Ultramar.

---

<sup>40</sup> Cf. Ferreira e Dias, op. cit., 169.



## **Revolução em 25 de Abril de 1974**

Em 1973, iniciou-se uma crise petrolífera, que resultou no aumento do custo de vida e no descontentamento profundo na sociedade portuguesa. O Papa Paulo VI, grande defensor da independência das colónias, desempenhou um papel considerável em Portugal, pois ajudou os católicos portugueses a compreender o grau do isolamento internacional do país, devido ao seu Império colonial. No mesmo ano, o movimento liberal da Ação Nacional Popular (ANP) abandonou a Assembleia Nacional, e em setembro de 1973, Guiné-Bissau declarou a independência, que foi reconhecida também pela ONU. O exército português era incapaz de combater os movimentos independentistas. Em vista dos acontecimentos, foi criado o Movimento das Forças Armadas (MFA), à frente do qual estavam os generais António de Spínola e Francisco da Costa Gomes, que organizou um golpe, na noite de 24 para 25 de abril de 1974. Isso marcou o fim do Estado Novo, e Marcello Caetano teve que entregar o poder ao general Spínola. A queda do Estado Novo é também conhecida como a “Revolução dos Cravos”.

### **Conclusão**

O objetivo principal do presente trabalho foi analisar a situação de isolamento político, económico, social e cultural de Portugal durante a ditadura de António de Oliveira Salazar. O trabalho concentrou-se no período desde os finais do século XIX, apresentando a situação em Portugal antes do governo de Salazar, até ao fim do regime ditatorial, trazido pela Revolução dos Cravos, em 1974.

Na primeira parte do trabalho mostramos que o processo da periferização tanto política quanto económica do país ocorreu ainda antes da instauração do regime de Salazar. Portugal, que tinha entrado em declínio depois da era dos descobrimentos, começou a afastar-se ainda mais do resto da Europa, pelo menos em termos económicos, durante os governos monárquicos na segunda metade do século XIX. Entre os motivos principais podemos mencionar a bancarrota que ocorreu

no início da década 90 do século XIX, uma forte onda de emigração e a qualidade de vida insuficiente. Além disso, o acontecimento que teve influência muito negativa quer no funcionamento da monarquia quer na autoconfiança dos portugueses foi o Ultimato Britânico que levou a um grande declínio e a falta da popularidade do regime monárquico. Estes acontecimentos levaram, no final, à queda da monarquia e à instauração da República.

O trabalho apontou para o fato de que também a instauração da República em 1910 levou ao isolamento político, pois havia apenas quatro regimes semelhantes (incluindo Portugal) no Velho Mundo nesse período. Sublinhou-se a incapacidade da República de se aproximar dos ricos países europeus economicamente, sendo um dos motivos disso também o atraso na educação, o que levou à escassez de pessoas qualificadas no mercado de trabalho.

Os últimos governos da República buscavam normalizar o funcionamento do país por meio de novas tendências fascistas e ditatoriais, com destaque para ideais como disciplina e ordem. O povo não escondia a sua decepção causada pela qualidade da vida bastante baixa e começou a aceitar a chegada do novo sistema político, tal como a ideia do golpe fascista.

A instauração do governo de Salazar, em 1933, teve uma grande influência no funcionamento do país, intensificando-se a sua forte ideologia nacionalista, o que levou à forte periferização de Portugal em relação à Europa. O principal objetivo de Salazar era mostrar que Portugal era um país autossuficiente que não tinha que se basear no funcionamento da Europa, ou seja, não dependia dela. Este aspecto contribuiu significativamente para o isolamento político do país. No entanto, salientámos que Portugal não conseguiu tornar-se um país autossuficiente. A sua perifericidade económica aprofundava-se em consequência do insuficiente apoio à indústria, a qual era percebida como um fenómeno moderno e capitalista, e por isso como um elemento disruptivo ou perturbador para o funcionamento do país, que assentava na agricultura e nos valores tradicionais.

Além disso, o regime ditatorial também contribuiu para a periferização cultural do país, o

que se refletia, por exemplo, no alto nível de analfabetismo. O Estado também procurava promover a sua ideologia já no ensino primário e, além disso, criava organizações que tentavam transformar a mentalidade dos seus cidadãos. Estas organizações ensinavam os valores nacionalistas, ou sublinhavam a importância da dedicatória das mulheres no que se refere aos hábitos domésticos e à vida do lar. Além disso, o regime lançava publicações que promoviam símbolos tradicionais ou figuras ligadas à colonização de outras terras, salientando a própria “portugalidade”.

Ao longo da ditadura, a Igreja tornou-se o elemento fundamental e justificador das atividades sobretudo nas colónias, apoiando a sua política exterior. Vimos que as atividades missionárias na África foram relatadas nas publicações que o regime publicava na época, criando uma opinião que Portugal era o país global. O Estado também organizava exposições culturais que salientavam a simplicidade do ambiente rural, a pureza dele e o conservadorismo.

Mostramos que, durante o regime ditatorial, só nas décadas de 50 e 60 o país presenciou o processo de abertura e desperiferização gradativa, principalmente na esfera económica. O regime utilizou diversos planos de apoio que começaram a considerar a agricultura (até então o principal setor da economia) apenas como fonte de apoio à indústria, e entrou na Associação Europeia do Comércio Livre (EFTA), em 1960. O começo da desperiferização foi demonstrado também na esfera social, levando à melhoria da qualidade de vida, o que se refletiu no aumento da expectativa de vida.

Passos mais fundamentais para a desperiferização, seja política ou económica, ocorreram após a queda do regime em 1974. A própria democratização foi intensificando-se após a entrada na Comunidade Económica Europeia (abreviada como C.E.E.), em 1986, verificando um positivo desenvolvimento do país. A adesão à UE garantiu a consolidação da democracia portuguesa e assim garantiu a desperiferização política do país, tal como permitiu reduzir a taxa de inflação para níveis historicamente baixos e melhorar as condições de vida dos portugueses. O processo de integração europeia foi o acontecimento mais importante para o desenvolvimento da economia portuguesa e o

mais poderoso vector de modernização em toda a sua história. O crescimento económico tem sido acompanhado por um aumento significativo do comércio internacional, sublinando a significativa abertura da economia portuguesa e a sua integração gradual no continente.

## Bibliografia

- BAPTISTA, Fernando Oliveira. "A Agricultura E a Questão Da Terra — Do Estado Novo à Comunidade Europeia." *Análise Social*, Quarta Série, 29, no. 128 (1994): 907-21. Acedido em 25 de janeiro de 2021, em: <http://www.jstor.org/stable/41011193>.
- BOLT, J., Van Zanden J.L. (2014). "Maddison Project Database, version 2013". *Maddison Project Database*. Acedido em 7 de abril de 2021, em: Maddison Database 2010 | Releases | Groningen Growth and Development Centre | University of Groningen ([rug.nl](http://rug.nl))
- CANDEIAS, António. "Modernidade, Educação, Criação De Riqueza E Legitimação Política Nos Séculos XIX E XX Em Portugal." *Análise Social* 40, no. 176 (2005): 477-98. Acedido em 25 de janeiro de 2021, em: <http://www.jstor.org/stable/41012161>.
- DAS NEVES, João L. César. "O Crescimento Económico Português No Pós-guerra: Um Quadro Global." *Análise Social*, Quarta Série, 29, no. 128 (1994): 1005-034. Acedido em 25 de janeiro de 2021, em: <http://www.jstor.org/stable/41011197>.
- FERRAZ, José Manuel. "O Desenvolvimento Socioeconómico Durante a Primeira República (1910-26)." *Análise Social*, Segunda Série, 11, no. 42/43 (1975): 454-71. Acedido em 25 de janeiro de 2021, em: <http://www.jstor.org/stable/41008189>.
- FERREIRA, Diogo, Dias, Paulo. *Portugal de Hoje*. Lisboa: Tipografia Lousanense, 2016.
- MENDES, Firmino. "Portugal: Uma Identidade Na Margem Atlântica Da Europa." *Ábaco*, no. 16 (1998): 99-104. Acedido em 25 de janeiro de 2021, em: <http://www.jstor.org/stable/20796312>.
- PEREIRA, L.F. Raposo. "Capítulo I - Portugal na 1.<sup>a</sup> metade do século XX". *Cadernos De Sociomuseologia*, Vol. 39, n. 39 (2012): 23-76. Acedido em 25 de janeiro de 2021, em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2668>.
- ROSAS, Fernando. "Estado Novo E Desenvolvimento Económico (anos 30 E 40): Uma Industrialização Sem Reforma Agrária." *Análise Social*, Quarta Série, 29, no. 128 (1994): 871-87. Acedido em 25 de janeiro de 2021, em: <http://www.jstor.org/stable/41011191>.
- SARDICA, José Miguel. *Século XX Português*. Alfragide: Texto Editores, Lda., 2012.
- STOER, Stephen R., Dale, Roger. "Education, State, and Society in Portugal, 1926-1981." *Comparative Education Review* 31, no. 3 (1987): 400-18. Acedido em 25 de janeiro de 2021, em: <http://www.jstor.org/stable/1188572>.
- STOLZ, Yvonne, BATEN, Joerg, REIS, James. "Portuguese Living Standards, 1720-1980, in European Comparison: Heights, Income, and Human Capital." *The Economic History Review* 66, no. 2 (2013): 545-78. Acedido em 25 de janeiro de 2021, em: <http://www.jstor.org/stable/42921568>.

**Nome completo:** Michael Mačica

**Data e lugar de nascimento:** 28.4.1997, Piešťany, Eslováquia

**Nível de estudos:** 1º ano de Mestrado

**Domicílio:** Krakovská 16, 779 00 Olomouc

**Endereço de correio electrónico:** [michael.macica1997@gmail.com](mailto:michael.macica1997@gmail.com)

**Contacto telefónico:** +420 608 853 011

**Instituição académica de acolhimento:** Univerzita Palackého v Olomouci

**Tutor académico:** PhDr. Zuzana Burianová, Ph.D.

**Nota de aceitação:** Concordo com a difusão deste trabalho pelas distintas universidades da República Checa e dos países ibero-americanos, bem como na página web [www.premioiberoamericano.cz](http://www.premioiberoamericano.cz) e noutros meios que o júri considere pertinentes.

V Olomouci 24.2.2022

  
-----  
Michael Mačica